

dx.doi.org/
10.23925/1984-3585.2025i31p127-139

Colonialismo digital na Amazônia: a ecologia da conexão e a Starlink

Licensed under
[CC BY 4.0](#)

Kalynka Cruz¹

Resumo: Este artigo analisa a chegada das tecnologias digitais à Amazônia, com destaque para os impactos da expansão da Starlink nas comunidades originárias, sob a perspectiva do colonialismo digital. Discutem-se as implicações sociais, culturais e políticas da introdução de tecnologias externas, enfatizando a necessidade de uma inclusão digital que respeite os contextos locais. Com base em dados empíricos e revisões teóricas, o trabalho aborda as contradições entre conectividade e soberania, destacando como práticas tecnológicas podem fortalecer ou ameaçar tradições culturais. O estudo também reflete sobre os desafios da dependência tecnológica, do extrativismo de dados e da manipulação algorítmica, propondo uma abordagem ética e colaborativa para a inclusão digital.

Palavras-chave: Amazônia; colonialismo digital; inclusão digital; comunidades indígenas; Starlink.

¹ É professora pesquisadora da Universidade Federal do Pará e professora colaboradora do Programa de Tecnologias da Inteligência e design digital da PUC/SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0677-511X>.

Digital colonialism in the Amazon: The ecology of connection and Starlink

Abstract: This article examines the introduction of digital technologies in the Amazon, focusing on the impacts of Starlink's expansion in indigenous communities through the lens of digital colonialism. It discusses the social, cultural, and political implications of external technologies, emphasizing the need for digital inclusion that respects local contexts. Based on empirical data and theoretical reviews, the study explores the contradictions between connectivity and sovereignty, highlighting how technological practices can strengthen or threaten cultural traditions. The research also addresses challenges related to technological dependency, data extraction, and algorithmic manipulation, proposing an ethical and collaborative approach to digital inclusion.

Keywords: Amazon; digital colonialism; digital inclusion; indigenous communities; Starlink.

Introdução

O lugar onde estamos não é apenas o ponto de partida de nossa reflexão, mas também o contorno de nossos limites e possibilidades. Toda reflexão nasce da materialidade de onde habitamos: o chão que pisamos, o ar que nos envolve, o calor ou a umidade que ritmam os dias. Discutir a cibercultura sem considerar sua inscrição geográfica e a concretude das coisas é ignorar a textura da vida que nos molda.

Na Amazônia – esse espaço onde a vida pulsa em desordem orgânica, como um coração que desconhece limites –, o impacto da tecnologia jamais pode ser reduzido a discursos genéricos e universais, que frequentemente negligenciam o peso da história, a densidade das árvores e o calor do solo. A Amazônia não é apenas floresta; é luta, é memória, é desejo.

Espaço onde o passado se enrosca no presente e onde cada avanço é disputado entre forças díspares, a Amazônia não pode ser analisada com o filtro frio da tecnocracia que busca homogeneizar o mundo. Quando discutimos a cibercultura nesse contexto, o debate não pode ser desfeito de sua dimensão geoespacial. A tecnologia, na suposta neutralidade dos tecnocratas, não apenas chega à Amazônia – ela ocupa, transforma e, frequentemente, desumaniza. Conforme apontam Cruz e Uchôa (2024), “a Amazônia é, historicamente, um espaço em disputa, dada sua inegável riqueza em recursos naturais”. Assim, não deve ser motivo de surpresa que a introdução da tecnologia nas aldeias indígenas seja um terreno de embate cultural e político.

Recentemente, a mídia tem voltado sua atenção à questão da conexão das populações originárias. Muitas reportagens, em diversos jornais brasileiros e internacionais, abordam o tema, tudo, porém, sob uma perspectiva preconceituosa, desconsiderando a autonomia, os saberes e direitos dessas populações. Este artigo não caminha nessa direção. Não se trata aqui de questionar o direito ao acesso à conexão, mas de desvelar as complexidades por trás da interação entre tecnologias “não indígenas” e ecologias humanas e ambientais. A tecnologia, desde suas formas mais rudimentares até os sofisticados mecanismos de vigilância digital, tem sido instrumento de poder e dominação (Cruz, 2020; Cruz; Uchôa, 2024), assim como, contraditoriamente, tem sido instrumento de luta e de projeção de vozes antes silenciadas. O ponto crítico emerge no aperfeiçoamento dessas tecnologias e na expansão de seu alcance quando envolvem territórios e modos de vida que necessitam de suporte e preparo em termos de acesso e literacia digital.

Aceitar a narrativa simplista que apresenta a tecnologia como sinônimo de progresso é cair numa armadilha discursiva. Esse fetichismo tecnológico ignora as discussões intrincadas sobre autonomia, governabilidade e justiça geopolítica, especialmente no contexto de povos originários. Sob a lógica tecnocrática, decisões são impostas como universais, desconsiderando dinâmicas culturais locais e reproduzindo mecanismos de ocupação. O progresso travestido de “direito de todos” camufla a potencialidade de um colonialismo digital, que introduz infraestruturas não apenas transformadoras, mas também subordinadoras, criando diferentes formas de dependência e controle, pois “não se pode esquecer do encantamento com que a tecnologia opera com o seu fetiche de saber inevitável e infalível” como nos alerta Amaral (2024). Nesse processo, identificamos os riscos de um colonialismo de dados que captura e explora informações sensíveis das comunidades indígenas sem diálogo, para alimentar interesses econômicos e geopolíticos. Essa lógica, profundamente enraizada no extrativismo histórico, perpetua as práticas coloniais sob novas roupagens.

Assim, debater a chegada de tecnologias digitais à Amazônia transcende o exercício acadêmico; é uma urgência ética e política. Não podemos nos render ao discurso de que conectar é libertar. Antes de conectar, é preciso escutar. Antes de propor, é preciso perguntar. O progresso, para muitos, não é definido pelo “ir além”, mas em permanecer. Permanecer sendo. Permanecer existindo. Em um mundo que busca transformar tudo em produto, essa resistência é, talvez, a maior forma de humanização. É com esse horizonte que este artigo pretende contribuir, explorando as nuances dessa disputa.

Ecologia da conexão na Amazônia

A ecologia da conexão na Amazônia é, antes de tudo, uma história de luta e resistência, marcada por avanços lentos e contradições estruturais. A primeira mobilização significativa dos povos indígenas em busca de seus direitos de conexão ocorreu no contexto da primeira Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), realizada em Genebra, em 2003. Embora tenha sido um marco para a promoção da inclusão digital global, a CMSI deixou de lado debates específicos sobre as necessidades dos povos indígenas, evidenciando sua exclusão em um espaço que já enfrentava barreiras socioeconômicas e geográficas consideráveis (Cruz; Uchôa, 2024).

Essa lacuna mobilizou movimentos indígenas e organizações não governamentais a pressionarem por mudanças. Isso se refletiu em 2005, durante a segunda CMSI, quando os primeiros avanços em termos de debate em relação à diversidade e inclusão digital foram registrados. Desde então, a luta por esse direito fundamental vem crescendo, enfrentando um emaranhado de barreiras. Contudo, os desafios práticos de acesso à tecnologia e conexão permanecem vivos até hoje.

Essas barreiras vinham – e vêm – sendo enfrentadas a partir de esforços coletivos que envolvem comunidades indígenas, órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Nesse sentido, o acesso e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos povos indígenas seguiram um percurso gradativo. Temos como exemplos emblemáticos casos como o da atuação da comunidade Ashaninka – que habita o Acre, além de territórios no Peru e na Bolívia – em que a tecnologia se tornou uma ferramenta de defesa territorial e cultural.

Iniciativas como o premiado projeto Índios Online abriram caminhos para o diálogo intercultural e a reivindicação de direitos, utilizando blogs, redes sociais e outras ferramentas digitais como meios de expressão (Costa, 2023; Cruz; Uchôa, 2024). Essas ações não apenas fortaleceram a visibilidade dos povos indígenas, mas também incentivaram a preservação de suas culturas. A Conexão Povos da Floresta (2003), por exemplo, se destacou como uma iniciativa pioneira, utilizando conectividade via satélite para interligar comunidades indígenas e fortalecer redes de cooperação. Derivada da Aliança dos Povos da Floresta, fundada nos anos 1980 por lideranças como Chico Mendes e Ailton Krenak, essa rede ampliou a participação indígena na esfera pública (Santos, 2019). Mais recentemente, o projeto SCIOA, apoiado pela USAID, promoveu a instalação da internet em aldeias amazônicas, liderado por mulheres indígenas que atuam como protagonistas dessas transformações (Cruz; Uchôa, 2024).

Impactos tecnológicos recentes

A chegada da tecnologia Starlink, promovida pela SpaceX, alterou drasticamente este cenário. Introduzida nas aldeias indígenas e, em toda a Amazônia sem regulamentação ou monitoramento governamental adequado, a expansão comercial da Starlink trouxe uma infraestrutura controversa. Negociada durante o governo Bolsonaro sob promessas de beneficiar milhares de escolas, os resultados ficaram aquém do espera-

do e impactaram as comunidades indígenas de maneira descontrolada (Cruz; Uchôa, 2024; GI, 2021). Segundo Alzamora e Gambarato (2024), em “(...) um levantamento realizado pela BBC News Brasil, em julho de 2023, menos de um ano após sua instalação na Amazônia, a Starlink já contava com antenas em 90% dos municípios da região”. Então é aqui que o problema se revela com nitidez. A chegada de tecnologias como a Starlink ilustra uma voracidade capitalista que prenuncia o avanço de um colonialismo digital, que não apenas apaga fronteiras, mas também impõe infraestruturas tecnológicas externas sem levar em conta as dinâmicas internas e as necessidades específicas das comunidades originárias. Diferentemente de projetos de inclusão digital cocriados com os povos indígenas, essa expansão impulsionada por interesses corporativos desrespeita a soberania territorial e cultural desses povos e, mesmo que encontremos razoabilidade nas previsões como as de Pace e Zanotti (2024), que afirmam que “o engajamento tecnológico entre os povos Mẽbêngôkre-Kayapó [...] será do mesmo modo culturalmente constituído, incorporado e engajado”, como foi com o rádio e a TV, uma vez que “há muito trabalham com diversas tecnologias de comunicação – do rádio de ondas curtas à TV e ao cinema”, não podemos esquecer que a internet não pode, de nenhum modo, ser comparada à chegada do rádio ou da TV. Diferentemente do rádio e da TV, a internet não vem sozinha, é parte de um processo estrutural maior que envolve a coleta e o uso de dados sensíveis, a criação de ecossistemas de dependência tecnológica e o surgimento de problemáticas específicas, como a manipulação algorítmica, a adição digital e os impactos sociais e culturais decorrentes. Na Amazônia, por exemplo, a introdução de tecnologias como a Starlink não representa apenas a chegada de uma nova ferramenta de comunicação, mas também a imposição de infraestruturas externas que comprometem a soberania territorial, exacerbam desigualdades e geram novas formas de colonialismo digital. Portanto, equiparar a internet a tecnologias do passado ignora os desafios singulares e os riscos associados a esse novo paradigma. Em que sentido? Vejamos.

O colonialismo digital na Amazônia reflete padrões históricos de dominação, em que a imposição de estruturas econômicas e culturais estrangeiras se repete. A infraestrutura tecnológica acaba deixando de ser apenas um canal para emancipação para se tornar um instrumento de dependência e controle. Muitas questões são levantadas nesse cenário. Uma empresa que deixa de responder aos critérios e regras de vários países – há fartos exemplos sobre isso – não oferece nenhuma garantia de

que irá proteger dados sensíveis como os das populações originárias. Ao lidar com os dados dessas comunidades, o mais provável é que se reproduza a lógica extrativista que há séculos marca as relações coloniais na região. Nesse sentido, três questões principais emergem. A primeira é a motivação comercial e política por trás dessas iniciativas, que beneficiam majoritariamente agentes externos. A segunda, o comprometimento da soberania de dados, pois as informações capturadas podem ser exploradas comercialmente ou geopoliticamente em detrimento das comunidades locais. E a terceira, o impacto cultural, uma vez que tecnologias impostas podem erodir práticas tradicionais e modos de vida, perpetuando dinâmicas de exploração e dominação.

Discutir a introdução dessas tecnologias na Amazônia é, portanto, uma exigência ética e política. Como nos ensinam os povos originários, é preciso escutar. Antes de propor, é preciso perguntar. A tecnologia, para ser verdadeiramente transformadora, precisa ser humana. Sem respeito, a conexão é apenas mais uma forma de silenciar. A luta por conexão, nesse contexto, transcende o acesso técnico; é uma luta por autonomia. Porque conectar, como nos ensinam os povos indígenas, não é apenas ligar cabos ou ativar satélites, mas respeitar territórios, escutar vozes e reconhecer saberes. E isso é o que vem se tentando fazer na aldeia A'Ukre da comunidade Mêbêngôkre-Kayapó.

O caso da aldeia A'Ukre

Desde 2020, em colaboração com o povo Mêbêngôkre-Kayapó da aldeia A'Ukre, temos acompanhado os desdobramentos da chegada da internet em um contexto até então desconectado do ciberespaço. Localizada no coração da Floresta Amazônica, no sudeste do estado do Pará, a aldeia A'Ukre vivenciava uma relação episódica com as tecnologias digitais, mediada por deslocamentos pontuais para centros urbanos como Ourilândia e Tucumã. Essa dinâmica começou a mudar em 2019 com o apoio do Fundo Amazônia e a instalação de uma antena parabólica na aldeia, proporcionando conectividade ainda limitada, mas contínua, para os moradores (Cruz *et al.*, 2024).

Essa transformação digital não pode ser entendida apenas como um avanço técnico; trata-se de uma reconfiguração estrutural das relações sociais, culturais e econômicas da comunidade. A pesquisa revelou, por exemplo, uma rápida adoção de dispositivos digitais: atualmente, todas as casas possuem ao menos um celular, e o acesso à internet por meio

desses dispositivos é universal entre os entrevistados. O WhatsApp destaca-se como a principal ferramenta de comunicação, utilizado por 82% dos moradores, reafirmando práticas coletivas que privilegiam redes de cuidado e conexão comunitária. No entanto, a expansão tecnológica também expôs lacunas importantes: apenas 5,8% dos entrevistados utilizam a internet para estudar, e 1,9% para trabalhar. Esses números refletem a ausência de políticas públicas que promovam a integração dessas ferramentas em práticas educacionais ou econômicas sustentáveis, perpetuando a desigualdade digital em novas formas. A chegada da tecnologia Starlink em 2023 intensificou essas dinâmicas de forma ainda mais problemática. Promovida sob o pretexto de inclusão digital, a Starlink trouxe uma conectividade mais estável, mas sua implementação ignorou os contextos culturais e epistemológicos da comunidade. Como pontuou o Cacique Kakêt Kayapó:

Hoje, o clima está muito diferente, mudou muito. Está complicado acompanhar as informações do mundo, e a internet chegou. Se fosse só eu, eu faria uma regra para o uso da internet. Agora, temos três internets, e está difícil para as pessoas continuarem usando nossa identidade, nossa festa, nosso canto, o trabalho na roça, o trabalho na casa, cuidar das crianças e manter a tradição verdadeira, como a pintura na cabeça. Eu acho que, daqui um tempo, os jovens que estão nascendo vão mudar muito, vão esquecer nossa tradição por causa da internet. Hoje, muitas meninas e meninos estão usando tecnologia e internet e isso acabou com a vida deles. Eles não se importam mais com a pintura, não ligam mais para a tradição, e já esqueceram muitas coisas. (Santaella; Cruz, 2024).

O testemunho do cacique ecoa preocupações maiores sobre o impacto dessas tecnologias no tecido cultural da comunidade. O uso cotidiano da internet, embora carregado de potencialidades, também se torna um vetor de apagamento cultural. Jovens que antes eram integrados nas práticas tradicionais de pintura, dança e cultivo agrícola agora dedicam tempo crescente a interações mediadas pelo digital, desarticulando os processos de transmissão do *kukràdjà* – o conjunto de conhecimentos e práticas que constituem a identidade e o modo de vida Mẽbêngôkre-Kayapó (Demarchid, 2024). Dessa forma, a Starlink representa, em essência, uma forma contemporânea de colonialismo digital. Sob a lógica corporativa do lucro, sua chegada intensificou uma dinâmica extrativista que não se limita aos recursos naturais da Amazônia, mas avança sobre os dados, os saberes e as práticas culturais da comunidade. A conectividade, enquanto infraestrutura, não é neutra; ela carrega consigo modelos de interação e consumo que priorizam a homogeneização cultural em detrimento da diversi-

dade. Essa apropriação silenciosa, mas profundamente transformadora, ameaça tanto a autonomia cultural quanto a soberania digital da aldeia.

Os impactos éticos e sociais dessa inserção tecnológica são amplos. Apenas 13,5% dos entrevistados relataram ter conhecimento sobre *fake news*, e 48% não conseguem identificar se já compartilharam informações falsas. Além disso, 63,5% afirmaram não se preocupar com a segurança de seus dados pessoais, o que evidencia uma vulnerabilidade estrutural no uso das tecnologias digitais. Essas práticas, acreditamos, não são apenas reflexo de falta de conhecimento técnico, mas de um processo deliberado de desinformação que reforça a dependência das comunidades em relação às corporações fornecedoras de infraestrutura tecnológica. Além disso, as implicações emocionais do uso das redes sociais tornam-se um reflexo das contradições desse modelo de inclusão. Quase 19% dos entrevistados relataram que postagens nas redes afetam sua autoestima e saúde mental, enquanto 23% afirmaram ter sido vítimas de agressões virtuais. Essas experiências, combinadas com a falta de políticas locais para educação digital, criam um ambiente de uso marcado por riscos sociais e psicológicos.

O caso da aldeia A'Ukre não é isolado, mas emblemático das tensões que surgem quando a tecnologia é introduzida sem diálogo com as comunidades que ela pretende servir. O modelo de inclusão digital promovido por empresas como a Starlink ignora as especificidades locais e perpetua uma lógica de dependência e exploração. O direito à conexão não pode ser separado do direito à autodeterminação. Tecnologias que ignoram essa premissa reforçam dinâmicas coloniais que, em última análise, enfraquecem as bases culturais e sociais das comunidades.

É imperativo que a inclusão digital seja reimaginada como um processo colaborativo, no qual as comunidades locais ocupem o centro da tomada de decisões. A internet deve ser não apenas uma ferramenta de acesso, mas um espaço de fortalecimento das práticas e saberes locais. Isso exige iniciativas que integrem formação técnica com respeito às epistemologias indígenas, possibilitando que a tecnologia seja apropriada de forma crítica e consciente. Como bem demonstram os relatos da pesquisa, a conectividade por si só não garante empoderamento. Sem a construção de políticas públicas que promovam a autonomia e respeitem as singularidades culturais, o ciberespaço continuará a reproduzir desigualdades e a alimentar formas contemporâneas de colonialismo. A resistência ao colonialismo digital, portanto, deve ser vista como uma extensão das lutas históricas das comunidades indígenas pela preservação de seus territórios, saberes e modos de vida.

Conclusão

Resistir ao colonialismo digital se configura como uma extensão natural das lutas históricas que comunidades amazônicas conhecem de forma visceral. Tal como enfrentaram a cobiça sobre seus rios, florestas e terras, agora encaram uma nova disputa: a apropriação de seus saberes, memórias e modos de vida. Aqui, não se trata apenas de garantir acesso à tecnologia, mas de rediscutir o significado de sua presença. Para que o futuro digital seja inclusivo de fato, a tecnologia precisa ser reimaginada como uma aliada da libertação e não como um instrumento de controle. Somente assim, com respeito às histórias e aos modos de ser que sustentam o cotidiano dessas comunidades, será possível construir um modelo de inclusão digital que preserve, celebre e amplifique os mundos que resistem à homogeneização.

Sob a bandeira da conectividade e da inclusão, a expansão tecnológica na Amazônia, liderada por capital estrangeiro – predominantemente estadunidense –, já provoca mudanças profundas na dinâmica social e cultural das comunidades locais. Promessas de integração, que em outros contextos poderiam soar promissoras, são rapidamente ofuscadas por ameaças à soberania digital e cultural de populações indígenas e ribeirinhas. A presença da Starlink, uma corporação multinacional que pouco dialoga com os interesses locais, distancia-se radicalmente de iniciativas que surgem de dentro, organicamente conectadas às necessidades e aspirações das comunidades. Aqui, o desafio não é apenas técnico; ele se desdobra como um problema ético e cultural, expondo as tensões entre inclusão e exploração.

O extrativismo de dados é compreendido aqui como a apropriação de informações pessoais e coletivas para fins comerciais, uma nova face do colonialismo histórico. Se a Amazônia foi, durante séculos, cobiçada por suas riquezas naturais, hoje está no centro de uma disputa pelo controle de dados. Contudo, esse processo não representa uma ruptura com as lógicas e práticas coloniais do passado; trata-se de uma extensão, transfigurada pelas estruturas digitais que moldam o presente. Para os povos indígenas, muitos dos quais estão vivendo seus primeiros contatos sistemáticos com o ciberespaço, esse controle representa um desafio profundo. À medida em que diversos processos convertem dados em mercadorias, esse risco se manifesta sem acesso a recursos técnicos ou conhecimento especializado para proteger essas informações, transformadas em instrumentos de exploração por interesses externos e perpetuados por sistemas de poder globalizados.

tuando desigualdades históricas. Quando os benefícios não alcançam os povos originários, o potencial comercial dessas informações fortalece as já poderosas estruturas globais de poder que historicamente excluíram essas populações.

Shoshana Zuboff analisa esse “capitalismo de vigilância”, definindo a lógica que fundamenta essa apropriação. Nesse modelo, os dados transcendem sua função original de “informar” e passam a ser usados como instrumentos de controle e subordinação. Esse fenômeno frequentemente ocorre sem o conhecimento ou consentimento daqueles que os produzem. No caso das comunidades amazônicas, as consequências vão além do âmbito individual: as ameaças são direcionadas às bases coletivas da autonomia, e a organização social, política e cultural é alterada de forma estrutural.

O extrativismo na Amazônia não apenas explora de forma implacável as vulnerabilidades digitais, mas também começa a desestabilizar formas tradicionais de organização social. A expansão massiva da vigilância e da dependência tecnológica trabalha para desarticular resistências comunitárias e aprofundar a marginalização histórica. Isso revela uma dinâmica que, por um lado, exige uma crítica incisiva ao papel das tecnologias digitais como ferramentas que reforçam desigualdades e, por outro, aponta para a urgência de construir alternativas que respeitem os contextos locais, promovendo a autodeterminação dos povos indígenas.

Além do impacto econômico, há uma dimensão cultural que frequentemente permanece à sombra dessas discussões. A introdução de tecnologias externas, sem um diálogo significativo com os saberes locais, ameaça práticas e modos de vida que são pilares identitários desses povos. Tradições transmitidas ao longo de gerações correm o risco de desaparecer sob a pressão de uma modernidade que privilegia a eficiência e o lucro em detrimento do respeito e da preservação. Essa erosão cultural não é menos devastadora que os impactos econômicos; ela compromete a essência mesma da resistência comunitária.

As práticas de vigilância, facilitadas por tecnologias como triangulação e trilateração de dispositivos, aprofundam as vulnerabilidades dessas comunidades. Sob o pretexto da conectividade, essas ferramentas introduzem possibilidades de monitoramento contínuo, muitas vezes exploradas para interesses externos. Em um território já marcado pela presença de garimpeiros e madeireiros ilegais, tais dinâmicas ampliam os riscos de violência e exploração, enquanto conhecimentos locais sobre recursos naturais e culturais tornam-se alvos de apropriação sem retorno. Para

além das desigualdades econômicas, o avanço dessas tecnologias também reforça estruturas de subordinação cultural. Projetos como o da Starlink, que poderiam ser motores de integração, tornam-se instrumentos de vigilância e imposição de lógicas externas. O resultado é uma forma contemporânea de colonialismo digital, que não apenas explora, mas desestrutura e desumaniza. A ausência de iniciativas que respeitem o contexto local perpetua um apagamento cultural e expõe essas comunidades a uma vulnerabilidade crescente.

Diante desse cenário, urge repensar a inclusão digital sob uma ótica que priorize a autonomia e os direitos das comunidades afetadas. O direito à conexão deve ser inseparável do direito à autodeterminação. Tecnologias só serão legítimas se construídas com base no diálogo aberto e na colaboração genuína, em que as comunidades não sejam meras beneficiárias, mas protagonistas. Essa luta é, em essência, a continuidade das resistências históricas dos povos da Amazônia. Assim como protegem seus territórios contra a exploração de recursos naturais, agora se erguem para defender seus saberes e modos de vida diante da exploração digital. O desafio não é apenas garantir o acesso, mas transformar a tecnologia em um instrumento de fortalecimento comunitário, que respeite os contextos culturais e preserve os mundos que resistem à lógica excludente do mercado global.

Referências

- AMARAL, Otacílio. Amazônia conectada e outras Amazônias da cultura. In: SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalynka (Org.). *Amazônia digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.
- COSTA, Marina. Direito de inclusão digital dos povos indígenas. *Dialogando Vivo*, 5 dez, 2023. Disponível em: <https://dialogando.com.br/sustentabilidade/direito-de-inclusao-digital-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- CRUZ, Kalynka. Crenças, filtros-bolha e o ódio nas redes. In: SANTAELLA, Lucia (Org.). *Inteligência artificial & redes sociais*. São Paulo: Educ, 2020. p. 73-88.
- CRUZ, Kalynka; et al. A transformação digital e dinâmicas sociais: a internet entre os Mẽbêngôkre-Kayapó. In: SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalynka (Org.). *Amazônia digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

CRUZ, Kalynka; UCHÔA, Rafael. Coleta de dados e extração: uma prática colonial histórica. In: SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalynka (Org.). *Amazônia Digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

DEMARCHID, Alc. *Kukràdjà Nhipêjx*: Fazendo cultura – beleza, ritual e políticas da visualidade entre os Mẽbêngôkre-Kayapó. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

G1. Bolsonaro sanciona lei de incentivo ao uso de tecnologia nas escolas; programa já existia no MEC e sofreu cortes na pandemia. *G1 Educação*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/07/02/>. Acesso em: 2 out. 2024.

PACE, Richard; ZANOTTI, Laura. Breve história midiática dos Mẽbêngôkre-Kayapó de A'Ukre. In: SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalynka (Org.). *Amazônia digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalynka (Org.). *Amazônia digital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.